

DISCURSO DO PRESIDENTE CARLOS LEOPOLDO DAYRELL, PRONUNCIADO NAS COMEMORAÇÕES DO 53º ANIVERSÁRIO DO TCE-GO

O momento é de comemoração pelo transcurso do 53º aniversário de instalação do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Mas é também momento de reflexão, sobre o passado, sobre o presente e sobre o papel que estamos desempenhando.

Oficialmente o controle e acompanhamento de gastos estão presentes no Brasil desde o século XVII. No Brasil-Colônia, em 1680, foram criadas as Juntas das Fazendas das Capitâneas e a Junta da Fazenda do Rio de Janeiro, jurisdicionadas a Portugal.

Em 1808, na administração de D. João VI, foi instalado o Erário Régio e criado o Conselho da Fazenda, com atribuição de acompanhar a execução da despesa pública.

Após a proclamação da independência do Brasil em 1822, o Erário Régio foi transformado no Tesouro Nacional pela Constituição monárquica de 1824, prevendo-se, então, os primeiros orçamentos e balanços gerais.

Mas faltavam autonomia e independência na ação de controle e no acompanhamento das despesas.

Em 1826, pela primeira vez, surgiu a idéia para a criação de um Tribunal de Contas, com a iniciativa de Felisberto Caldeira Brandt, Visconde de Barbacena, e de José Inácio Borges, que apresentaram projeto de lei nesse sentido ao Senado do Império. Não foi aprovado, mas instalou-se a polêmica sobre sua criação.

Depois de proclamada a República, em 1890, por iniciativa do então Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, por meio do Decreto nº 966-A, foi criado o Tribunal de Contas da União.

Em 1891, a primeira Constituição do Brasil-República confirmou definitivamente a instituição, inscrevendo-a em seu artigo 89 e conferindo-lhe a competência para *liquidar as contas da receita e despesa e verificar a sua legalidade antes de serem prestadas ao Congresso Nacional*.

Em janeiro de 1893, graças ao empenho do Ministro da Fazenda do governo de Floriano Peixoto, Tenente-Coronel Innocêncio Serzedello Corrêa, o Tribunal de Contas da União foi instalado, com competência para exame, revisão e julgamento de todas as operações relacionadas com a receita e a despesa da União. A fiscalização se fazia pelo sistema de registro prévio.

Pela Constituição de 1934, o Tribunal recebeu, entre outras, as seguintes atribuições: proceder ao acompanhamento da execução orçamentária, registrar previamente as despesas e os contratos, julgar as contas dos responsáveis por bens e dinheiro públicos, assim como apresentar parecer prévio sobre as contas do Presidente da República para posterior encaminhamento à Câmara dos Deputados.

Com exceção do parecer prévio sobre as contas presidenciais, todas as demais atribuições do Tribunal foram mantidas pela Carta de 1937.

A Constituição de 1946 acresceu um novo encargo às competências da Corte de Contas: julgar a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões.

No ano seguinte, em 1947, começa a história do Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

A Constituição Estadual de 1947 criou o Tribunal de Contas do Estado de Goiás, composto por um juiz de Direito, um advogado e um contador, nomeados pelo Governador, com prévia aprovação da Assembléia, intitulados “juizes”, e permitiu sua instalação somente quando a arrecadação de rendas estaduais atingisse a importância de cem milhões de cruzeiros anuais, o que só veio a ocorrer cinco anos depois.

Em 1951, os cofres públicos do Estado contabilizaram a receita de Cr\$ 136.647.132,80 (cento e trinta e seis milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, cento e trinta e dois cruzeiros e oitenta centavos), satisfazendo, portanto, a condição exigida para instalação da Corte de Contas Estadual.

Para tanto, o Tribunal de Justiça oficializou concursos para provimento dos cargos de “Juiz” e “Procurador” do Tribunal de Contas, em julho de 1952, sendo aprovados e nomeados, em agosto do mesmo ano, os doutores Joaquim Taveira, e Hegesipo de Campos Meirelles, nos cargos de Juiz e Procurador, respectivamente, e, igualmente nomeado para o cargo de Juiz, o doutor Carlos Dayrell, indicado pelo Tribunal de Justiça na vaga destinada ao Juiz da mais alta entrância, na forma constitucional em agosto do mesmo ano.

Satisfeitas as condições mínimas para funcionamento, o Tribunal de Contas do Estado foi instalado em 01 de setembro de 1952, por força do Decreto nº 130, de 07 de julho de 1952, no Governo de Pedro Ludovico Teixeira, funcionando no próprio Palácio das Esmeraldas, para depois ser transferido para o atual prédio onde até hoje está instalado.

Em 20 de novembro de 1952, o colégio de “Juizes” da Corte de Contas fica completo com a posse do doutor Joaquim Gomes Filho, aprovado no concurso realizado pelo Tribunal de Justiça, que não tomara posse em agosto, como os demais, pois estava encerrando mandato parlamentar.

Em sua primeira sessão ordinária, realizada em 02 de janeiro de 1953, o Tribunal decide admitir os dois primeiros servidores de seus serviços auxiliares, *Goiandi Lopes de Brito e Hugo de Sousa Silveira*, que permaneceram nesta casa até serem aposentados.

Em fevereiro de 1953 o Tribunal implantou o seu primeiro Regimento Interno. Em junho do mesmo ano, por meio da Lei nº 734, foi criado o seu quadro de pessoal.

A Constituição de 1967 trouxe mudanças significativas para a fiscalização financeira e orçamentária do Estado.

Ainda em 1967, com sete Ministros, a nova denominação para o antigo cargo de Juiz, que posteriormente foi mudada para Conselheiro, teve, este Tribunal, a sua primeira Lei Orgânica, Lei nº 6.830, de 12 de dezembro, que o possibilitou, entre outros: fiscalizar e acompanhar a execução do orçamento, dos contratos, das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, apreciar as prestações de contas, realizar auditorias, e promover o acompanhamento da despesa pública, utilizando-se ainda do regime prévio.

Em 1988, os Tribunais de Contas foram fortalecidos com as novas regras impostas pela Constituição, quando receberam poderes para exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e do Estado e entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade e a fiscalização da aplicação das subvenções e da renúncia de receitas, sem perder as atribuições até então exercidas.

Deve-se salientar que, após 1988, todos os poderes instituídos do Estado mantêm órgãos de controle interno, que cumprem com rigor as normas estabelecidas pela Carta Maior.

Em 1995, a atual lei orgânica desta Corte foi aprovada e passou a vigorar a partir de 21 de dezembro do mesmo ano. Todavia o Tribunal ainda carecia de quadro permanente e plano de carreira para os seus servidores.

Somente neste ano, em 2005, numa atitude louvável dos Conselheiros, projeto do saudoso Conselheiro Henrique Santillo, e com o apoio do Governador do Estado e da Assembléia Legislativa, a quem muito agradecemos, pôde o Tribunal implantar o seu Plano de Cargos e Carreiras que, se não perfeito diante das dificuldades e anseios de todos os servidores, marca uma nova era na política de pessoal. Hoje o servidor pertence a uma carreira, conhece suas possibilidades e pode projetar o seu futuro no Tribunal.

Conhecida parte da história de implantação do Tribunal, não é demais salientar que os Tribunais de Contas sempre encontraram barreiras no exercício de sua missão constitucional, no entanto, jamais recuaram na nobre missão de fiscais das receitas e dos gastos públicos, quando representam os olhos da sociedade, pois para isso é que foram criados.

No momento presente, estamos diante de grave crise na política brasileira, com tantas notícias de corrupção, nas várias formas, envolvendo políticos, empresários e servidores públicos, considerados homens de bem, trazendo desconforto e descrença na população, que por experiências anteriores, está a acreditar que nada irá acontecer, que os crimes não serão apurados e, por isso mesmo, ninguém será punido, concorrendo ainda mais para a falta de credibilidade das instituições envolvidas.

É preciso que meditemos profundamente sobre o que está acontecendo e sobre a forma de atuar de cada um, instituições e pessoas.

No último século a humanidade passou por profundas mudanças, em tão grande número e com tanta rapidez, jamais vistas em toda a sua história, com reflexos que têm trazido, de um lado, benefícios e alegrias à população, e de outro, angústias, mágoas e frustrações.

Em todos os campos de atuação do ser humano vêm-se avanços e as ciências têm encontrado alternativas e soluções para situações consideradas incontroláveis. No entanto, a sociedade está lidando, entre outros, com problemas relacionados à corrupção, à sonegação de impostos, à violência, à falta de emprego para os jovens, ao meio ambiente, aos desajustes sociais, ao sacrifício de valores básicos do cidadão e a um distanciamento cada vez maior entre os mais ricos e os mais pobres, e, no final, todos sofrem os efeitos das crises, alguns mais, outros menos.

O capital, por aqueles que o tem para fins de investimentos e exploração, está sendo utilizado, em sua maior parte, como instrumento para se obter lucros financeiros cada vez maiores. Se antes, este lucro era obtido como consequência do trabalho, hoje passou a ser objetivo. Cada vez mais, as ações são direcionadas para reduzir a mão de obra humana, com a justificativa de que os encargos sociais são elevados, no intuito de se reduzirem os custos. Entretanto, só para exemplificar, 47% dos jovens estão desempregados, e vão continuar, com possibilidades de aumento deste índice, segundo dados oficiais da ONU.

É preciso resgatar o papel social do capital, é preciso que tenhamos comprometimento total com as ações que implementamos em nossa vida. É preciso que haja perfeita coerência e sincronia entre o que pensamos, projetamos, falamos, buscamos e fazemos.

Jamais poderemos ser levados pelo pessimismo, não podemos deixar que em menor número, as más ações possam anular ou interferir nas ações boas. As boas ações não têm a mesma resposta na mídia, não rendem audiência, entretanto, é preciso mudar este enfoque, é preciso mudar esta hábito cultural. É preciso que meditemos profundamente sobre as razões que levam o homem a valorizar, no aspecto de se envolver e criticar, o lado negativo das questões. Afinal, a jornada da vida é em busca da felicidade !

Muitos devem estar pensando o que tem isso a ver com o aniversário do Tribunal, que hoje é comemorado?... Tem tudo a ver. O Tribunal representa os olhos da sociedade, ela quer saber se os recursos públicos estão sendo arrecadados e se as despesas estão sendo realizadas de forma legal, objetiva e com justiça social.

O Tribunal não é um ente isolado no contexto, estão presentes nesta solenidade representantes de vários segmentos, cada um fazendo parte do mesmo conjunto, pertencem a esta mesma Nação, todos estão interligados.

Como disse no início, o momento é de festa, e também de reflexão. Como Presidente da Casa, e como cidadão, meu coração me impele a pedir a todos os presentes nesta solenidade, do mais humilde servidor à mais alta autoridade, para que: cada um, esteja onde estiver, medite sobre o que fez, o que faz, o que vai fazer, o que pode fazer e sobre as palavras ditas, e adote atitudes e desenvolva ações que tenham como objetivo, de forma efetiva, a valorização do ser humano, que cada gesto esteja plenamente envolvido pelo amor, amor que aproxima as pessoas, que enobrece, que melhora a vida, tudo, de forma incondicional.

Afastemos as crises com boas ações, não destruindo o que existe, mas construindo o que falta. Se for preciso mudanças, que todos nós tenhamos coragem para mudar o que deve ser mudado e buscar sabedoria para isso.

O Tribunal de Contas do Estado tem cumprido sua missão fiscalizadora, mas não está satisfeito. Mudanças ocorrerão na sua forma de atuar, ainda neste ano, visando melhores resultados.

A sociedade espera mais das Cortes de Contas, aliás, espera mais das instituições, aqui, estaremos fazendo nossa parte da melhor maneira possível, juntos, podemos contribuir para o crescimento harmonioso do meio em que vivemos, de forma justa e fraterna. É fundamental e necessário que cada um, individualmente, cumpra o seu papel.

Para terminar, faço breve comentário sobre as homenagens prestadas, cujos agraciados, saudados pelo ilustre Conselheiro Frederico Jayme Filho, simbolicamente aqui representam um grande número de servidores e outras pessoas, que ao longo da história contribuíram e tem contribuído para o fortalecimento deste Tribunal, do Estado de Goiás e da Nação.

A MEDALHA DO MÉRITO RUI BARBOSA foi instituída pelo Tribunal de Contas do Estado, para homenagear pessoas que tenham relevantes serviços prestados, visando o aprimoramento das relações institucionais, sociais e humanas, nas esferas regional ou nacional.

Assim, cumprimento os senhores Marconi Ferreira Perillo Júnior, Governador do Estado de Goiás, Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, Carlos Dayrell, Nelson Siqueira e Waldyr do Espírito Santo de Castro Quinta, Conselheiros aposentados e ex-Presidentes deste Tribunal, pela dedicação, respeito ao próximo, carinho, desprendimento no trato com a coisa pública, demonstrados ao longo de suas vidas.

A medalha do mérito funcional foi idealizada pelo Tribunal em 1978, por proposta do Conselheiro Nelson Siqueira, quando se decidiu criá-la e também concedê-la ao Conselheiro Carlos Dayrell e aos servidores Goiandi Lopes de Brito e Hugo de Sousa Silveira. O primeiro, decano da Corte e um dos fundadores e os dois outros os primeiros servidores admitidos. Somente em 2005 o Tribunal formalmente instituiu a comenda, dando-lhe o nome do saudoso Conselheiro Henrique Santillo, e, na data de hoje, fazendo justiça e resgatando um compromisso histórico de 27 anos, realizou a entrega da mencionada medalha para os referidos servidores, entre outros.

A MEDALHA DO MÉRITO FUNCIONAL HENRIQUE ANTÔNIO SANTILLO foi instituída pelo Tribunal, para homenagear ex-servidores e funcionários que tenham, por mais de 10 anos, prestado relevantes serviços e contribuído para a melhoria e o aprimoramento funcional do Tribunal de Contas do Estado.

Assim, cumprimento os senhores Carlos Dayrell, ex-Presidente e Conselheiro aposentado deste Tribunal, José Carlos Siqueira, atual Secretário de Estado do Planejamento e Desenvolvimento e ex-servidor desta Casa, Luiz Murilo Pedreira e Souza, Auditor desta Casa, e os servidores aposentados: Joaquim Graciano de Barros Abreu, Auditor, Goiandi Lopes de Brito, Auditor Substituto, Hugo de Sousa Silveira, Secretário Geral e Antônio Alfredo Camilher Machado, Inspetor da Despesa Pública.

Gostaria de cumprimentar efusivamente os integrantes do Coral “Vozes do TCE” que, em grande estilo, se apresentou magnificamente nesta solenidade, tão bem dirigido pela Maestrina Joana Christina Brito de Azevedo, com o indispensável acompanhamento da Professora Heloísa Barra Jardim, Musicista que honra nosso Estado no contexto nacional.

Com o incentivo de minha esposa Alba, bem como o entusiasmo e a colaboração de inúmeras servidoras e servidores desta Corte, foi possível reorganizar o coral do TCE, sob a batuta da Professora Joana Christina e minha expectativa é de que continuem com esse maravilhoso trabalho, brindando a sociedade com ótimos espetáculos.

Rendo homenagens também aos Conselheiros, Auditores e servidores, alguns de saudosa memória que, no decorrer destes cinquenta e três anos, ajudaram e contribuíram com o seu trabalho e entusiasmo a construir a história desta Corte, colocando-a na posição de relevo que hoje ocupa na sociedade.

Por fim, agradeço a presença de todos, as altas autoridades, os agraciados, os funcionários desta Casa e os profissionais da imprensa.

Muito obrigado.

Está encerrada esta sessão solene.